

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 155, DE 1999

(Apensados os PLs nºs 937/99, 2.603/00, 1.139/03, 1.804/03,
3.347/08 e 3.469/08)

Acrescenta o inciso II e alínea “a”, ao
art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de
1989.

Autor: Deputado LAMARTINE POSELLA

Relator: Deputado PASTOR MARCO
FELICIANO

I - RELATÓRIO

1. O Projeto de Lei sob exame pretende alterar o **art. 2º** da **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**, que *“dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”*.

2. A pretensão consiste em inserir, após o inciso I, o **inciso II**, renumerando-se os demais, da seguinte maneira:

“Art. 2º

Parágrafo único.

I –

II – na área cultural:

a) as pessoas portadoras de deficiência terão desconto de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) nos valores dos ingressos em espetáculos esportivos,

culturais e artísticos, inclusive cinemas, teatros e museus.

.....”

3. Alega o autor, em **justificação**, que a **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**, assegura às **pessoas portadoras de deficiência** o pleno exercício dos seus direitos sociais básicos, dentre eles o **lazer**, mas falta alguma coisa para que a pessoa se sinta motivada a freqüentar cinemas, teatros e outros locais de espetáculo, integrando-se ao público espectador.

4. Foram apensados ao presente os PLs:

- **937, de 1999**, do Deputado ÊNIO BACCI, que estabelece redução de 50% no preço de aquisição de ingressos para **pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou mentais**, em cinemas, teatros, espetáculos esportivos, circenses ou de outras áreas de cultura, lazer e entretenimento, devendo os estabelecimentos afixar em local visível, junto à área de aquisição de ingressos, informações sobre os benefícios da lei, cabendo ao Governo federal, através de **convênios** com Estados e Municípios, fazer ampla divulgação dela, sob **justificação**:

“As pessoas portadoras de deficiência, são com raras exceções, fadadas a exclusão. Isso ocorre principalmente por suas dificuldades financeiras e de locomoção.

Nosso grande desafio é integrar essas pessoas ao conjunto da vida social, especialmente as atividades culturais e esportivas.”

- **2.603, de 2000**, da Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA, que acresce inciso **IV**, ao **parágrafo único**, do **art. 2º**, da **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**:

“Art. 2º

Parágrafo único.

.....

VI – nas áreas da cultura, do lazer e do turismo:

a) a garantia de participação no processo de produção cultural, bem como no conhecimento e preservação do patrimônio histórico nacional;

b) a garantia da acessibilidade dos portadores de deficiência aos locais onde são realizados os eventos culturais;

c) o tratamento preferencial na aquisição de ingressos, com redução de valor, para eventos culturais e de lazer;

d) o incentivo a programas de lazer direcionados aos portadores de deficiência, como atividades físicas e

desportivas adequadas a sua condição;

e) tratamento preferencial nas atividades turísticas, por meio de programas adequados às limitações dos portadores de deficiência.”

sob a **justificação**:

“Temos consciência dos avanços alcançados pelos portadores de deficiência, na busca pelo reconhecimento dos direitos de cidadãos, como bem atestam os preceitos constitucionais para as distintas áreas da proteção social, regulamentados pela Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que estabeleceu as normas de apoio a essas pessoas no âmbito da Administração Pública Federal.

Enfocando ações especificamente direcionadas aos portadores de deficiência em áreas de alta demanda social, como educação, saúde, assistência social, trabalho e previdência social, olvidou, entretanto, esta Lei de referir-se a importantes setores, como a cultura, o lazer e o turismo, atividades da maior importância para a consecução de uma existência saudável e uma integração de fato ao meio social.

Desse modo, promovendo alterações na Lei retro mencionada, este Projeto de Lei pretende inserir, dentre as diversas ações governamentais ali discriminadas, as que possibilitem um tratamento preferencial aos portadores de deficiência no que concerne à produção cultural e aos patrimônio histórico do País, assim como a facilitação do acesso aos eventos de entretenimento, lazer e turismo.”

- **1.139, de 2003**, da Deputada MARINHA RAUPP, que “**acrescenta inciso VI ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.858, de 24 de outubro de 1989**, e dá outras providências”, devendo os benefícios decorrentes serem divulgados, em local visível, junto à área de aquisição de ingressos:

“Art. 2º.....

Parágrafo único.....

VI – nas áreas da cultura, do lazer, do desporto e do turismo:

a) a garantia da participação no processo da produção cultural, bem como no conhecimento e preservação do patrimônio histórico nacional;

b) a garantia da acessibilidade dos portadores de deficiência aos locais onde são realizados os eventos culturais;

c) o tratamento preferencial na aquisição de ingressos, com redução do valor, para eventos culturais e de lazer;

d) o incentivo a programas de lazer direcionados aos portadores de deficiência, como atividades físicas e desportivas adequadas a sua condição;

e) tratamento preferencial nas atividades turísticas, por meio de programas adequados às limitações dos portadores de deficiência.”

A **justificação** reproduz a do PL nº 2.603, de 2000.

- **1.804, de 2003**, do Deputado **ROGÉRIO SILVA**, que “acrescenta inciso **VI** ao **parágrafo único** do **art. 2º**, da **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**”, devendo os benefícios serem divulgados, em local visível, junto à área de aquisições de ingressos:

“Art. 2º

Parágrafo único

VI – nas áreas da cultura, do lazer, do desporto e do turismo:

a) a garantia da participação no processo da produção cultural, bem como no conhecimento e preservação do patrimônio histórico nacional;

b) a garantia da acessibilidade dos portadores de deficiência aos locais onde são realizados os eventos culturais;

c) o tratamento preferencial na aquisição de ingressos, com redução do valor, para eventos culturais e de lazer;

d) o incentivo a programas de lazer direcionados aos portadores de deficiência, como atividades físicas e desportivas adequadas a sua condição;

e) tratamento preferencial nas atividades turísticas, por meio e programas adequados às limitações dos portadores de deficiência.”

A **justificação** é a mesma dos **PLs nºs 2.603/00 e**

1.139/03.

- **3.347, de 2008**, do Deputado **SANDRO MABEL**, que “altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para dispor sobre o atendimento das pessoas com deficiência no setor de turismo”:

“Art. 2º

Parágrafo único.

VI – na área do turismo:

a) a garantia de que as empresas do setor de turismo mantenham pessoal capacitado para o atendimento às pessoas com deficiências;

b) a formação e qualificação de recursos humanos que atendam à demanda e às necessidades das pessoas com deficiências;

c) a priorização de projetos de capacitação para o atendimento com segurança e eficiência das pessoas com deficiência, incluindo cursos de libras, braille, orientação sobre mobilidade e outros conteúdos específicos;

d) o incentivo à conscientização da sociedade acerca da inclusão das pessoas com deficiência;

e) garantir condições de acessibilidade para as pessoas com deficiências, obedecendo as normas da ABNT existentes;

f) promover e divulgar eventos voltados para as questões de acessibilidade.”

sob a **justificação**:

O primeiro passo é criar um plano de inclusão eficaz, a sensibilização dos gestores das empresas para que alguns paradigmas, mitos e conceitos sejam quebrado. Respeitar as diferenças e necessidades é o primeiro passo para que o investimento seja assertivo.

Não basta acolher. É preciso incluir. A ordem é buscar alternativas adaptadas aos padrões de acessibilidade.

As maiores adaptações, no entanto, estão relacionados a questões comportamentais, pequenas ações de treinamento e sensibilização, no entanto, podem resolver esse problema e auxiliar os funcionários a mostrar sua eficiência no atendimento a esse público específico.

Ressaltamos a importância desses cursos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência.”

- **3.469, de 2008**, do Deputado Dr. TALMIR, que acrescenta **alínea g** ao **inciso I**, do **parágrafo único**, do **art. 2º**, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1984, para dispor sobre isenção de taxas de uso de bibliotecas para pessoas com deficiência:

“Art. 2º

Parágrafo único.

I - na área da educação:

.....

g) a isenção de taxas de uso de bibliotecas para pessoa com deficiência;

.....”

sob a **justificação**:

“Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Diante de tantas mudanças em evolução na sociedade, surge um novo movimento, o da inclusão, conseqüência de uma visão social, de um mundo democrático, cujo objetivo é respeitar direitos e deveres.

.....
No que tange aos serviços de biblioteca, estes devem ser oferecidos democraticamente, com igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua, condição social, física ou mental.”

5. Submetidos à COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, aprovou ela, por unanimidade, os **PLs 155/99, 937/99 e 2.603/00** e o **Substitutivo** ao PL principal oferecido pelo Relator, Deputado Dr. BENEDITO DIAS, de cujo parecer se colhe:

*“Louvável o **mérito** dos Projetos de Lei sob análise, por representarem um avanço no reconhecimento dos direitos dos **portadores de deficiência** em nosso País.*

*Inegavelmente, a **Lei nº 7.853, de 1989**, respaldada nos preceitos constitucionais, estabeleceu significativo marco nesse sentido, ao cuidar das **normas gerais de proteção aos portadores de deficiência**.*

*Referindo-se esta norma às ações do Poder Público nas diferentes áreas, como **educação, saúde, trabalho, recursos humanos e acessibilidade a edificações e transportes**, olvidou todavia as medidas no campo **cultural**, de indiscutível importância para o processo de integração social do portador de deficiência.*

Cumprе observar que a maior incidência de casos de deficiência ocorre nas classes menos favorecidas, por óbvias razões de ordem econômica, que impedem ou dificultam o acesso à informação e à adoção de medidas preventivas que diminuam a incidência de afecções causadoras de deficiências.

Assim, pressionadas por dificuldades materiais de toda a ordem, as famílias de portadores de deficiência padecem duplamente, impedidas que são de proporcionar a mínima participação do ente acometido de deficiência nas atividades culturais da comunidade.

Note-se que a Proposição apresentada por último (2.603/00) enfoca o problema de forma mais abrangente, propondo que seja garantida a participação dos portadores de deficiência na produção cultural do País; sua acessibilidade aos locais de realização dos eventos; preferência na aquisição de ingressos, com desconto no valor; incentivo a programas de lazer, atividades físicas e desportivas; bem como programas turísticos direcionados a esse tipo de clientela.

*Nesse sentido, concordamos que se deva incluir na citada Lei nº 7.853, de 1989, as disposições que propiciem a participação dos portadores de deficiência no que concerne à **cultura, ao lazer, ao desporto e ao turismo**.*

*Outrossim, julgamos pertinente a instituição de **incentivo financeiro**, com o **desconto de 50%** no valor dos ingressos para os eventos culturais, artísticos e desportivos, de sorte que viabilize a inserção dos portadores de deficiência na vida cultural do País.”*

6. O **Substitutivo** aprovado pela COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA adotou o acréscimo ao **parágrafo único** do **art. 2º** da **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**, do inciso **VI**, proposto pelo **PL nº 2.603, de 2000**, apenas introduzindo, ainda, no referido inciso, ao lado das áreas da cultura, do lazer e do turismo, a do **desporto**, expressando, também, na alínea **c**, o percentual de redução do preço do ingresso (cinquenta por cento), além de incluir os eventos **desportivos**. E mais, deu ao **art. 2º** do **PL** a redação sugerida no **PL nº 937, de 1999**, para que sejam afixadas, em local visível, junto à área de aquisição de ingressos, as informações sobre os benefícios resultantes da lei.

7. Posteriormente foi apensado ao PL principal o **PL nº 1.139, de 2003**, que guarda semelhança com o **PL nº 2.603, de 2000** e com o **Substitutivo** da COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA.

Na **justificação**, sua autora enfatiza:

*“Enfocando ações especificamente direcionadas aos portadores de deficiência em área de alta demanda social, como educação, saúde, assistência social, trabalho e previdência social, olvidou, entretanto, esta Lei (**Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**) de referir-se a importância para a consecução de uma existência saudável e uma integração de fato ao meio social.”*

8. O **PL nº 1804, de 2003**, exhibe redação idêntica a do **PL nº 1.139, de 2003**, inclusive na justificação, repetindo, no texto, a errônea de indicar duas vezes a alínea **e**.

9. Foram apensados, também, o **PL nº 3347, de 2008**, visando, também, a acrescentar inciso **VI**, ao parágrafo único do **art. 2º** da **Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989**, e o **PL nº 3469, de 2008**.

É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

1. Na forma do **art. 32, IV**, alínea **a**, do Regimento Interno, a esta COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA cabe a análise dos aspectos **constitucional, legal, jurídico, regimental** e de **técnica legislativa** de **projetos, emendas** ou **substitutivos** submetidos à apreciação da **Câmara** e de suas **Comissões**.

2. Os PLs reunidos têm em vista, todos, a introdução no **parágrafo único** do **art. 2º** da **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989** – que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência – ações nas áreas da **educação e cultura, do lazer, do desporto** e do **turismo**.

3. Vale lembrar, de início, que o **art. 6º** da Constituição Federal inclui entre os **direitos sociais**, por ela garantidos, o **lazer**.

4. Por sua vez, o **art. 24** da Constituição Federal, que dispõe sobre a **competência legislativa concorrente** da **União**, Estados e Distrito Federal, para as matérias que relaciona, entre as quais a **proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências** (inciso **XIV**), esclarece no **§ 1º** que, nesses casos, a competência da **União** limitar-se-á ao estabelecimento de **normas gerais**.

5. Com base nessa disposição constitucional é que foi editada a **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**, sob a ementa: *“Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.”*

É exatamente nessa lei que se objetiva introduzir acréscimo dirigido às áreas da **educação e cultura, do lazer, do desporto** e do **turismo**.

Com efeito, o **art. 2º, caput** e **parágrafo único**, da lei em foco, reza:

“Art. 2º Ao Poder Público e seus Órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único Para o fim estabelecido no “caput” deste artigo, os órgãos e entidades da Administração Direta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objeto desta lei, tratamento prioritário e adequado tendente a viabilizar, sem prejuízo de outra as seguintes medidas:

.....”

6. Assim, nada há que impeça, do ponto de vista **constitucional, legal, jurídico e regimental** a tramitação dos **PLs** em apreço, e do **Substitutivo** da COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, salvo no que se refere ao **desconto de cinquenta por cento** no preço de aquisição dos ingressos para acesso aos locais de espetáculo, pois, se **particulares**, tal exigência fere o princípio da **livre concorrência**, assegurado pelo **art. 170, IV**, da Lei Maior. Daí por que se oferece emenda ao **PL nº 3469/08**.

7. Quanto à **técnica legislativa**, no entanto, há que se cotejar os textos com os ditames da **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998**, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal”, alterada pela **Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001**. Assim é, por exemplo, que nos **PLs nºs 155 e 937**, ambos de **1999**, ainda se vê **cláusula revocatória geral**, vedada pelas leis complementares invocadas.

8. Com relação aos **PLs nº 2.603/00, 1.139/03 e 1.804/03**, há que se colocar ao final da disposição proposta a sigla **NR**, em observância à alínea **c**, do inciso **III**, do **art. 12**, da lei complementar retro citada, e alteração posterior.

“**Art. 12**.....

.....

III.....

.....

d) é admissível..... identificando-se o artigo assim modificado por alteração de redação, supressão ou acréscimo, com as letras **NR**, maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final.....

.....”

9. Há que se corrigir, outrossim, por **emenda** ao **PL nº155/99**, ao **PL nº 3347/08** e ao **PL nº 3469/08**, a referência à disposição a

ser acrescida, que consta erradamente, pois trata-se da alínea **g**, do inciso **I**, (ou **II**), do **parágrafo único**, do **art. 2º**, da Lei nº 7853/89, da mesma forma acertando-se, além disso, a **ementa** do **PL nº 155/99**.

10. Cumpre, mais, substituir, por **emenda** ao PL nº **3.469/08**, a alusão a “taxas” de uso de biblioteca, eis que “taxa” é modalidade de tributo, não ocorrente na hipótese.

11. O voto, por conseguinte, é pela **constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa** dos **PLs nº 155/99**, com **emendas**, e **937/99**, com o **Substitutivo** acostado; dos **PLs nºs 2.603/00, 1.139/03, 1.804/03, 3347/08 e 3469/08**, com as respectivas **emendas** em anexo, bem como do **Substitutivo** acolhido pela COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, na moldura da **subemenda substitutiva** que ora se apresenta.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 155, DE 1999

(Apensados os PLs nºs 937/99, 2.603/00, 1.139/03, 1.804/03,
3.347/08 e 3469/08)

Acrescenta o inciso II e alínea “a”, ao
art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de
1989.

EMENDA Nº 1

Dê-se à **ementa** a seguinte redação:

“Acrescenta alínea II ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.858, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.”

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 155, DE 1999

**(Apensados os PLs nºs 937/99, 2.603/00, 1.139/03, 1.804/03,
3.347/08 e 3469/08)**

Acrescenta o inciso II e alínea “a”, ao
art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de
1989.

EMENDA Nº 2

Suprima-se o **art. 4º**.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 155, DE 1999

(Apensados os PLs nºs 937/99, 2.603/00, 1.139/03, 1.804/03, 3.347/08 e 3469/08)

Acrescenta o inciso II e alínea “a”, ao art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao **art. 1º** a seguinte redação:

“Art. 1º Fica acrescido o inciso II, ao parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1999, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, renumerando-se os demais incisos:

“Art. 2º

Parágrafo único.

II – na área da cultura, tratamento preferencial na aquisição de ingressos para espetáculos, culturais, artísticos e desportivos, como cinemas, teatros, museus e estádios desportivos;

.....”(NR)

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 155, DE 1999

(Apensados os PLs nºs 937/99, 2.603/00, 1.139/03, 1.804/03, 3.347/08 e 3469/08)

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DO RELATOR AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Acrescenta inciso VI, ao parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a ação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração de pessoas portadoras de deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a ação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências”, fica acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 2º

Parágrafo único.

.....

VI – nas áreas da cultura, do lazer, do desporto e do turismo:

a) garantia da participação no processo da produção cultural, bem como no conhecimento e preservação do patrimônio histórico nacional;

b) garantia da acessibilidade dos portadores de deficiência aos locais onde são realizados eventos culturais, de lazer, desportivos e de entretenimento, tais como cinemas, teatros, museus, estádios e circos;

c) tratamento preferencial na aquisição de ingressos, com

redução do valor, para eventos culturais, de lazer e desportivos;

d) incentivo a programas de lazer direcionados aos portadores de deficiência, como atividades físicas e desportivas adequadas a sua condição;

e) tratamento preferencial nas atividades turísticas, por meio de programas adequados às limitações dos portadores de deficiência.” (NR)

Art. 2º Os estabelecimentos afetados por esta lei afixarão, em local visível, junto à área de aquisição de ingressos, informações sobre os seus benefícios.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 937, DE 1999

(Apensado ao PL nº 155, de 1999)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

Estabelece redução no valor do ingresso em eventos culturais, de lazer e entretenimento e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, física ou mental, terão direito a desconto no preço da aquisição do ingresso em cinemas, teatros, espetáculos esportivos, circenses ou de outras áreas de cultura, lazer e entretenimento.

Art. 2º A União, através de convênios com Estados e Municípios, fará ampla divulgação desta lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos afetados por esta lei afixarão, em local visível, junto à área de aquisição de ingressos, informações sobre os seus benefícios.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.603, DE 2000

(Apensado ao PL nº 155, de 1999)

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para inserir os direitos à cultura, ao lazer e ao turismo.

Autora: Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA

Relator: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

EMENDA Nº 1

Dê-se à **ementa** e ao **caput** do **art. 1º** a seguinte redação:

"Acrescenta inciso VI, ao parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a ação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências."

.....
"Art. 1º O parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de

internos coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a ação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências", fica acrescido do seguinte inciso VI:"

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.603, DE 2000

(Apensado ao PL nº 155, de 1999)

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para inserir os direitos à cultura, ao lazer e ao turismo.

Autora: Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA

Relator: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

EMENDA Nº 2

Insira-se ao final do **art. 2º**, após a inclusão do **inciso VI**, acrescido ao seu **parágrafo único**, a sigla **(NR)**.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.139, DE 2003

(Apensado ao PL nº 155, de 1999)

Acrescenta inciso VI ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dá outras providências.

Autora: Deputada MARINHA RAUPP

Relator: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

EMENDA Nº 1

Dê-se à **ementa** e ao **caput** do **art. 1º** a seguinte redação:

"Acrescenta inciso VI, ao parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a ação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências."

.....
"Art. 1º O parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de internos coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a ação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências", fica acrescido do seguinte inciso VI:"

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
 Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.139, DE 2003

(Apensado ao PL nº 155, de 1999)

Acrescenta inciso VI ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dá outras providências.

Autora: Deputada MARINHA RAUPP

Relator: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

EMENDA Nº 2

Insira-se ao **final** do **art. 2º**, após a inclusão do inciso **VI**, acrescido ao seu **parágrafo único**, a sigla **(NR)**, suprimindo-se ainda, a segunda enunciação da alínea e).

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.804, DE 2003

(Apensado ao PL nº 155, de 1999)

Acrescenta inciso VI ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dá outras providências.

Autor: Deputado ROGERIO SILVA

Relator: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

EMENDA Nº 1

Dê-se à **ementa** e ao **caput** do **art. 1º** a seguinte redação:

"Acrescenta inciso VI, ao parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a ação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências."

.....
"Art. 1º O parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de internos coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a ação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências", fica acrescido do seguinte inciso VI:"

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.804, DE 2003

(Apensado ao PL nº 155, de 1999)

Acrescenta inciso VI ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dá outras providências.

Autor: Deputado ROGERIO SILVA

Relator: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

EMENDA Nº 2

Insira-se ao **final** do **art. 2º**, após a inclusão do **inciso VI**, acrescido ao seu **parágrafo único**, a sigla **(NR)**, suprimindo-se, ainda a segunda enunciação da alínea e.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.347, DE 2008 (Apensado ao PL nº 155, de 1999)

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para dispor sobre o atendimento das pessoas com deficiências no setor de turismo.

EMENDA

Insira-se após o **art. 2º** da Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, a ser acrescido do inciso **VI**, como propõe o PL, a expressão “**parágrafo único**”, antes desse inciso **VI**.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.469, DE 2008

(Apensado ao PL nº 155, de 1999)

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para dispor sobre isenção de taxas de uso de bibliotecas para pessoas com deficiência.

EMENDA Nº 1

Dê-se a **ementa** a seguinte redação:

*“Acrescenta alínea **g** ao inciso **I**, do parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a ação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.”*

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.469, DE 2008

(Apensado ao PL nº 155, de 1999)

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para dispor sobre isenção de taxas de uso de bibliotecas para pessoas com deficiência.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao **art. 1º** a seguinte redação:

*“Art. 1º Fica acrescida a alínea **g** ao inciso **I**, ao parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a ação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências”:*

“Art. 2º.....

Parágrafo único.....

I.....

.....

g) a isenção de cobrança pelo uso de bibliotecas e para pessoa com deficiência;

.....(NR)”

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

Relator